

# O Fascínio da Economia

## por João Ferreira do Amaral

**8 de Fevereiro**

**A Economia Ética:  
Bentham, Marx e Aristóteles**

**15 de Fevereiro**

**A Economia Positiva:  
Microeconomia e Macroeconomia**

**22 de Fevereiro**

**A Economia Normativa (I):  
Política Económica e Gestão**

**1 de Março**

**A Economia Normativa (II):  
O Estado, a Propriedade e o Futuro  
da Economia**

É inegável o fascínio com que hoje são encarados os fenómenos económicos, bem traduzido no largo espaço a eles reservado nos grandes meios de comunicação. Tudo parece ser Economia, a todos ela parece condicionar. E, no entanto, tal fascínio coexiste – porventura de forma surpreendente – com uma generalizada iliteracia económica. Será que a Economia se impõe ao Homem ou será possível pô-la ao seu serviço? E o que se deve entender por serviço do Homem? Tudo é “económico”? Sabemos nós explicar por que razão há economias que prosperam e outras que estagnam? Porque é que certas empresas se desenvolvem e outras vão à falência? Até que ponto sabemos prever crises económicas? E será que elas são inevitáveis? Que fazer para combater o desemprego? Quais serão as consequências económicas da aceleração da globalização? E do envelhecimento da população?

Com estas e muitas outras questões relativas à Economia, nos confrontamos a toda a hora, mesmo que disso não tenhamos consciência. Muitos sentem-se derrotados nesse confronto.

As conferências não têm a pretensão de dar uma resposta única e definitiva a todas estas questões. A sua intenção é outra: é

a de fornecer, a quem não é economista, os meios de compreensão necessários para lhe permitir formular uma opinião mais fundamentada da real importância das questões, da medida em que a ciência económica as sabe resolver e dos motivos pelos quais, para alguns problemas, ela não encontra respostas satisfatórias.

**15 de Fevereiro**

**A Economia Positiva:  
Microeconomia e Macroeconomia**

**MÃE, O QUE É O PIB?  
(Madalena, 7 anos)**

A Economia, enquanto ramo do conhecimento, tem, para além da componente ética, também uma componente positiva, ou seja, estuda um certo tipo de fenómenos sociais, descrevendo-os, explicando-os e tentando prevê-los. É, por essa via, uma ciência positiva tal como a Física ou a Biologia. No entanto, diferencia-se destas por ser uma ciência social. O seu campo de estudo é o dos comportamentos humanos que, no caso da Economia, se limitam aos comportamentos relacionados com a produção e utilização de bens e serviços.

Sendo uma ciência social, a Economia sofre de todas as dificuldades metodológicas próprias destas ciências.

Em primeiro lugar, a realidade que estuda é rapidamente mutável, ao contrário das partículas da Física ou das espécies animais. Um elefante actual não difere de um elefante de há mil anos, mas o consumidor de hoje é muito diferente nos seus comportamentos do consumidor de há cem anos.

Em segundo lugar, a realidade social é muito complexa. Desta forma, quando se estudam os comportamentos ligados à produção ou ao consumo de bens está-se a considerar o indivíduo ou a organização e as relações entre eles de um ponto de vista parcial, esquecendo todos os outros. O consumidor que a Economia estuda não

é o ser humano real, ainda que tipificado: é apenas uma faceta da actividade do ser humano. E um dos grandes erros da chamada economia ortodoxa é tomar esta faceta abstracta como se fosse a verdadeira natureza humana. Foi assim que a economia ortodoxa criou essa caricatura do ser humano que é o *homo oeconomicus*.

Em terceiro lugar, os seres humanos, sendo conscientes e comportando-se com base em expectativas que criam, reagem aos próprios resultados dos estudos realizados pela ciência económica. Uma avestruz comporta-se de uma forma que é completamente independente dos artigos que os biólogos publicam nas revistas da especialidade, mas os agentes económicos reagem – e de que maneira – às análises económicas que são publicadas.

Estas e outras dificuldades não impedem que a Economia tenha uma componente positiva que se tem afirmado progressivamente com utilidade para a sociedade.

A Economia enquanto ciência positiva subdivide-se em dois grandes ramos: a Microeconomia e a Macroeconomia.

A Microeconomia estuda os comportamentos dos agentes económicos a nível individual. A Macroeconomia estuda o comportamento da economia de um dado país ou região a nível do seu todo.

Não podemos facilmente passar do nível microeconómico para o nível macroeconómico. Podemos ver-nos ante falácias surpreendentes devido ao facto da economia ser uma interacção complexa de agentes. Por exemplo, num país com moeda própria um indivíduo é mais rico se tiver mais dinheiro. Mas o país não é mais rico por emitir mais dinheiro. Outro exemplo: se todos os indivíduos de um país decidirem poupar mais pode suceder que o país, no seu conjunto, poupe menos.

Os agentes económicos-tipo que a Microeconomia considera são as famílias (ou sejam, os consumidores), as empresas

TERÇAS-FEIRAS 8, 15, 22 DE FEVEREIRO, 1 DE MARÇO DE 2011 · 18H30 · PEQUENO AUDITÓRIO

não financeiras, as empresas financeiras e o Estado.

Alguns exemplos de questões a que a Microeconomia tenta responder: quais as razões que explicam que o preço de um determinado produto seja o que é? Quais as consequências de um mercado funcionar em monopólio em vez de funcionar em concorrência? Qual o impacto do aumento de um dado imposto sobre o comportamento das empresas? Porque é que se formam bolhas especulativas?

Infelizmente, a Microeconomia que geralmente se ensina está muito longe de dar resposta satisfatória a estas e outras questões do mesmo âmbito. É um corpo de estudo obsoleto, que na sua essência vem de há 150 anos atrás - caso único nas ciências positivas - e que, ao fazer apelo ao conceito do *homo oeconomicus* parte de premissas muito afastadas da realidade. Este desfasamento da realidade leva a que a Microeconomia resvale da explicação *do que é* para a explanação *daquilo que deveria ser*, deixando de ser uma ciência positiva. Desta forma, o estudante de Microeconomia fica sem saber se o que está a aprender tem a ver com os comportamentos efectivos dos agentes económicos ou com a forma como esses agentes se deveriam comportar. Esta permanente confusão entre o ser e o dever ser é uma falácia grave, retira credibilidade à Microeconomia dominante e teve consequências trágicas relativamente, por exemplo, à crise actual, em grande parte causada pela desregulação dos mercados financeiros induzida pela hipótese microeconómica que estes mercados eram (deveriam ser?) racionais. Além de que no dever ser que a Microeconomia transmite estão cristalizados valores éticos utilitaristas primitivos, inaceitáveis mesmo para os defensores do utilitarismo dos nossos dias.

A Microeconomia ainda dominante na actualidade é hoje um sério estorvo ao desenvolvimento da Economia enquanto ciência positiva e só uma total reformulação dos seus métodos e pressupostos poderá permitir um verdadeiro progresso no conhecimento neste domínio.

A Macroeconomia, pelo contrário, tem progredido sem falácias lógicas e com utilidade para a estabilização e o crescimento das economias.

Exemplos de questões a que a Macroeconomia tenta responder: porque é que a economia de um país gera desemprego? Quais as razões que explicam que certas economias cresçam mais rapidamente que outras? Porque é que a economia portuguesa está tão endividada em relação ao estrangeiro?

A Macroeconomia, no seu campo de estudo, distingue os fenómenos conjunturais e estruturais. Os fenómenos conjunturais, ou de curto prazo, são estudados admitindo que certas grandezas ou entidades (por exemplo, população, capacidade produtiva, instituições que regem a economia, etc.) não sofrem modificações significativas; os fenómenos estruturais, ou de longo prazo, são abordados tendo em conta o impacto das grandes transformações em todos os domínios.

Claro que esta distinção é artificial e pode levar a alguns erros de análise. Mas tem sido necessária para compreender melhor a complexidade da evolução de uma economia ao longo do tempo. A ponte entre o curto prazo e o longo prazo na Macroeconomia é tentada pela *teoria dos ciclos económicos*, embora com êxito ainda limitado.

A Macroeconomia (tal como, por exemplo, a Medicina faz em relação ao Homem) estuda o funcionamento normal da economia (o chamado circuito económico) mas estuda também as suas patologias, como sejam o desemprego, a inflação, as crises ou a estagnação económica.

Metodologicamente, este ramo de estudo prossegue a análise da economia através da utilização de variáveis agregadas, ou seja de grandezas que resultam da agregação de certas variáveis que são conhecidas a nível individual dos agentes económicos. Por exemplo, a variável agregada que se chama consumo privado, em Portugal e em 2010 foi a soma dos consumos de todas as famílias portuguesas nesse ano.

Uma variável agregada que é central em Macroeconomia é o *PIB (Produto Interno Bruto)*.

Nos *media* é dito muitas vezes (até por economistas!) que o PIB é a riqueza produzida no País. Isto é um disparate que nem por ser muitas vezes repetido deixa de o ser. É muito mais compreensível e incomparavelmente mais verdadeiro dizer

(embora não com total precisão) que o PIB de um dado ano é o valor dos rendimentos (salários, rendas, lucros e juros) gerados na economia durante esse ano.

Mas, mais rigorosamente, o PIB de um dado ano é a soma dos valores acrescentados gerados pelas empresas (e também pelo Estado) que operam no país nesse ano.

O *valor acrescentado* gerado por uma empresa é obtido pela diferença entre o valor da produção dessa empresa e o valor das matérias-primas e produtos intermédios que utilizou para realizar a produção.

Os economistas inventaram este conceito de valor acrescentado para obter um indicador da produção nacional que não levasse a duplicação de valores durante a agregação, como seria o caso se se somassem os *valores das produções* das empresas e não os *valores acrescentados* das empresas.

Vê-se facilmente que a soma dos valores acrescentados de todas as empresas de um país é igual à soma dos rendimentos gerados nesse país mais o valor do desgaste dos equipamentos (as chamadas amortizações dos equipamentos), o que explica por que razão se disse acima que é muito mais correcto dizer que o PIB é a soma dos rendimentos gerados no país.

É esta dupla qualidade, de indicador de produção e de indicador de rendimentos, ou seja de nível de vida (neste caso, normalmente considerado per capita, isto é, dividido pela população do país), que torna o PIB uma grandeza que fascina os *media*, políticos e comentadores. Mas convém salientar que, embora o PIB, com alguns cuidados de interpretação, seja aceitável como indicador de nível de vida médio, já quando se quer fazê-lo passar automaticamente de *indicador de nível de vida* para *indicador de qualidade de vida* o PIB deixa de ser satisfatório se não for acompanhado por outros indicadores igualmente relevantes.

João Ferreira do Amaral

João Ferreira do Amaral é Doutor em Economia, Professor catedrático aposentado do ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Autor dos livros *Curso Avançado de Análise Económica Multi-sectorial*, *Política Económica* e *Economia da Informação e do Conhecimento*.

TERÇAS-FEIRAS 8, 15, 22 DE FEVEREIRO, 1 DE MARÇO DE 2011 · 18H30 · PEQUENO AUDITÓRIO